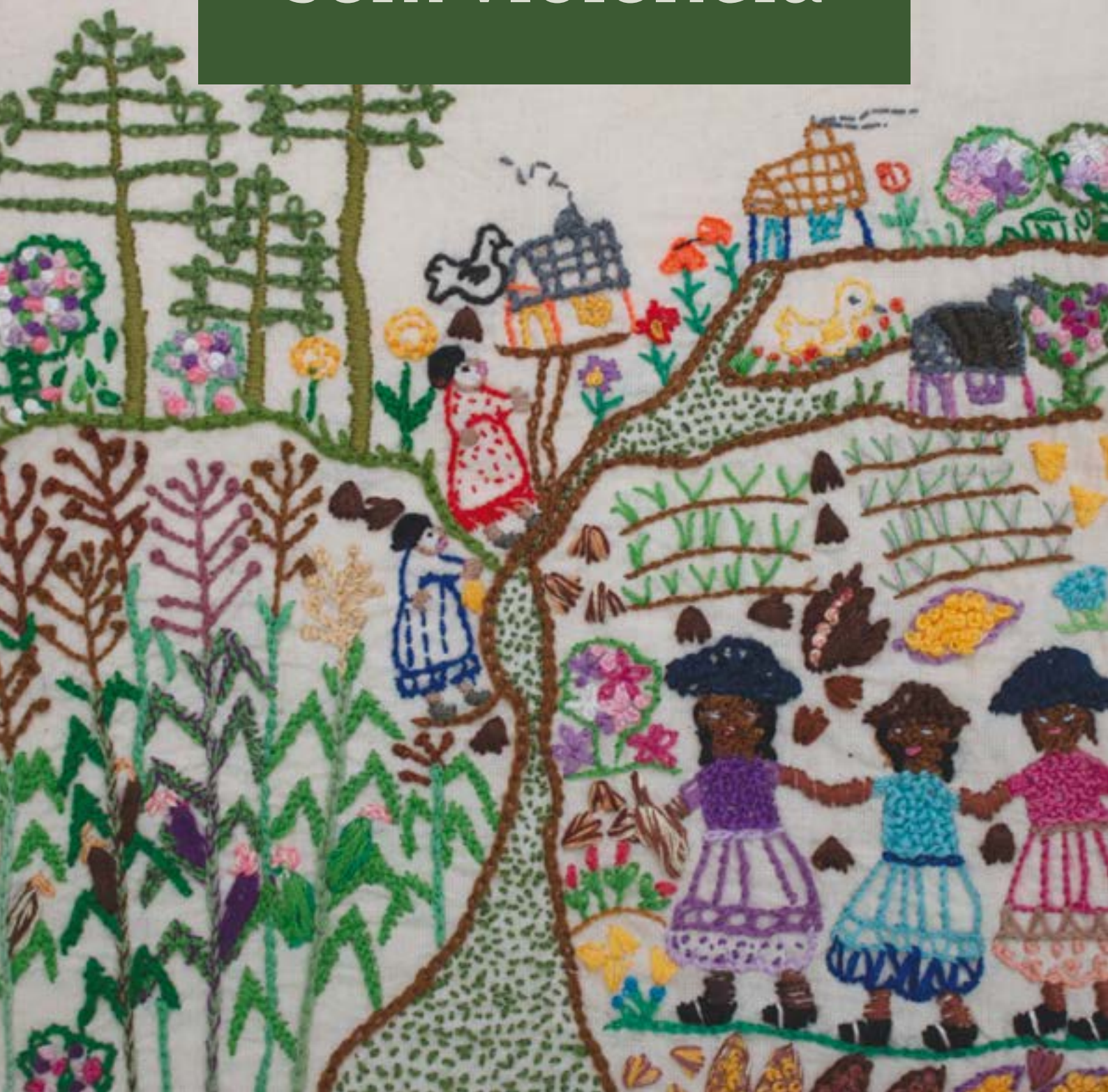




SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA

Feminismo e agroecologia: tecendo vidas sem violência







Feminismo e agroecologia: tecendo vidas sem violência

São Paulo, 2025

Coordenação editorial: SOF Sempreviva Organização Feminista

Textos: Alessandra Oshiro Ceregatti, Bruna Massis, Helen Souza, Miriam Nobre, Sheyla Saori Iyuzuka

Edição de texto: Alessandra Oshiro Ceregatti

Projeto gráfico e diagramação: Dânica Machado

Capa: Bordado de Iracema Cravo, da Associação de Mulheres Artesãs de Guapiara Arte e Vida em foto de Elaine Campos

Fotos: Helen Souza, Marco Torresin, Marília Santana, Marion Disdier, Sheyla Saori Iyuzuka

Apoio: GRET

Impressão: Pigma Gráfica e Editora Ltda

Tiragem: 500 exemplares

Agradecemos a Ana Cláudia Eburneo, Vanessa França e Yasmin Schibata, assistentes técnicas de extensão rural, e à coordenação do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), que contribuíram com os debates sintetizados nesta publicação.

Esta obra foi licenciada com uma Licença Creative Commons - Atribuição - Uso Não-Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Brasil. Isso quer dizer que você pode copiar, distribuir, transmitir e reorganizar este caderno, ou parte dele, desde que cite a fonte, não ganhe dinheiro com isso e distribua sua obra derivada sob a mesma licença

São Paulo, outubro de 2025

ISBN: 978-65-87591-20-9

DIRETORIA

Marilane Oliveira Teixeira - Presidente
Eliana Gonçalves - Vice-Presidente
Fernanda Estima Gonçalves - 1ª Secretária
Sonia Maria dos Santos - 2ª Secretária
Maria Luiza da Costa 1ª Tesoureira
Marlene Furino - 2ª Tesoureira

CONSELHO FISCAL

Maria Elizabeth Reis Simão
Vânia Ribeiro Gomes
Maria Lucia da Silveira



07

Apresentação

10

O território em que trabalhamos a ATER

12

O que é essa violência?

24

Escolhas metodológicas

38

Dinâmicas para o trabalho coletivo

51

Alguns resultados e recomendações

54

Referências

A gente separa a semente diferente, eles separam o grão

Semente germina e multiplica

De cores e formatos mais variados

Roxo, rajado, vermelho, marrom e listrado

As sementes pretas são as que mais têm mistura de vida

Quem só enxerga preto como cor, não pode ver a criação

O milho deles é tingido de rosa

Isso não pode ser coisa da natureza

A deles tem padrão e a nossa semente não passa nesta mesa de seleção

O nosso milho vira comida e enfeite

Fazemos anjos e orixás e não sobra nem um piruá

A natureza tem seus métodos e a gente não precisa desvendar

Escrito por Sheyla Saori, inspirado no trabalho das mulheres artesãs e agricultoras com a multiplicação de sementes crioulas





Apresentação

A SOF atua com mulheres agricultoras há quase 30 anos. Nessa trajetória, como parte do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA) e da Marcha Mundial das Mulheres (MMM), contribuimos para a formulação de análises e propostas que articulam o feminismo e a agroecologia.

Entre 2015 e 2017, realizamos Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) agroecológica junto a 240 mulheres do Vale do Ribeira em contrato firmado com a Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Após 2017, seguimos atuando junto a muitas dessas mulheres, contribuindo para sua organização coletiva na Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA), na Barra do Turvo, e a União das Agricultoras Agroecológicas de Itaoca (UAAI).

Em 2023, a SOF retomou a realização de ATER pública por meio da chamada “Mulheres Rurais, Autonomia, Alimentação e Vidas Saudáveis” da Subsecretaria de Mulheres Rurais do MDA e administrada pela Agência Nacional de ATER (Anater). Essa ATER, que está sendo finalizada neste ano de 2025, envolveu 300 agricultoras familiares e quilombolas do Vale do Ribeira (Barra do Turvo, Eldorado, Iporanga, Itaoca, Jacupiranga, Registro,

Ribeira e Sete Barras), do Sudoeste Paulista (Itapeva, Itararé, Guapiara e Ribeirão Branco) e de outras regiões do estado (Salto de Pirapora).

Nas primeiras reuniões com outras organizações que também executaram essa chamada, escutamos extensionistas tocadas pelas mulheres que visitavam, marcadas pela violência e que não sabiam como acolhê-las. Elas relataram ver as marcas no corpo, ouvir homens desqualificando suas companheiras e várias agricultoras desistirem da assistência técnica porque o marido não aceitou a participação delas.

Nós, da SOF, também começamos a encontrar situações semelhantes e a pensar como lidar com elas, para além dos mecanismos institucionais de acolhimento, muitas vezes inexistentes ou esvaziados. As mulheres da RAMA, por exemplo, acolhem em seus grupos mulheres em situação de violência, ainda que seja para que elas sintam que têm para onde ir, quem as escute e as tome em sério. Entendemos que a palavra das meninas e mulheres vítimas de violência muitas vezes é desqualificada para que a comunidade não tenha que olhar para dentro e aceitar que não foi capaz de protegê-las.

Ao longo do acompanhamento da RAMA, quando paramos para avaliar nosso percurso e o problema da violência contra as mulheres, buscamos juntas maneiras de falar sobre, de nos cuidar e de nos recompor. Em 2022, organizamos a formação “Sementeira feminista: nossos corpos e territórios”, que tratou das relações entre mulheres e homens em nossas comunidades, como nos reconhecemos e nos apropriamos de nossos corpos e nossas vidas, porque como tantas vezes cantamos, queremos “andar com os próprios pés”¹.

Em 2024, conhecemos o GRET, organização francesa que realiza educação popular e técnica em agroecologia em 28 países da África, Ásia, América Latina e Caribe. Marion Disdier, que nos acompanha pelo GRET, colocou a preocupação de como lidar com as questões de gênero tendo em vista a perspectiva do sul global e, em especial, a manifestação mais dura destas desigualdades, que é a violência contra as mulheres como uma forma de controle e subordinação. Propusemos então um processo para refletir e construir caminhos junto a mulheres das quais voltamos a ficar mais próximas nesta nova ATER e outras que estávamos conhecendo agora. Esse processo começa-

¹ Referência à canção “Andar com os próprios pés”, de Marli Fagundes, Maria Montes e Eulapaula Martins do Movimento de Pequenos Agricultores (MPA).

va com espaços de conversa entre mulheres, que depois seriam ampliados para suas comunidades, afirmando compromissos para construir territórios livres de violência. Realizamos seminários e oficinas em cada território, mas também juntando mulheres de diferentes lugares, convidando-as para viajar e estarem fora de casa alguns dias. Com elas construímos também pactos de apoio mútuo e organização coletiva para fortalecer cada mulher e todas juntas por meio da prática agroecológica e da comercialização solidária. Ainda é necessário continuar o processo e estabelecer compromissos que envolvam a comunidade toda, a escola e as organizações aliadas. Mas os primeiros passos foram dados e sem retorno!

Esta cartilha registra um pouco dessa caminhada. Ela inicia com uma apresentação do território em que focamos nossa parceria com o GRET. Na sequência, apresenta a violência sexista a partir do que foi trazido pelas mulheres agricultoras e quilombolas. As escolhas metodológicas, as dinâmicas utilizadas no trabalho coletivo com os grupos participantes e alguns resultados e recomendações concluem a publicação. Nosso propósito foi o de integrar o enfrentamento à violência contra as mulheres no apoio à sua ação como agricultoras agroecológicas.

Isto se deu em um processo que envolve a auto-organização das mulheres, a formação e a incidência tanto na construção de políticas públicas quanto em sua implementação e bom funcionamento. Esta publicação está centrada na formação porque desencadeia as demais partes do processo: contribui para a auto-organização e constrói conhecimento que orienta as políticas.

Agradecemos a todas as mulheres que participaram desta caminhada conosco: agricultoras, quilombolas, técnicas de ATER e companheiras do GT de Mulheres da ANA que participaram dos debates sintetizados nesta publicação. E convidamos todas, todos e todos que se comprometem com a construção coletiva do conhecimento e da prática agroecológica a enfrentar todas as formas de violência que oprimem e silenciam as mulheres e as diversidades. Aqui lembramos um dos primeiros lemas do GT de mulheres da ANA: “Não matem as formigas e nem maltratem as mulheres”. E o slogan da MMM: “Seguiremos em marcha, até que todas sejamos livres!”.

As semprevivas

O território em que trabalhamos a ATER

Ribeirão Branco e o reconhecimento como agricultoras

Mulheres agricultoras dos bairros Coimbra, Rio Apiaí, Serra Velha e dos Frias produzem uma diversidade de hortaliças, além de tomate, pepino, pimenta, pimentão, abobrinha e vagem. Lutam para ter acesso à terra, que algumas conseguiram com crédito fundiário, e ao Cadastro da Agricultura Familiar (CAF), para serem reconhecidas como agricultoras familiares. Enfrentam o monocultivo do tomate e do eucalipto, que seca nascentes e polui as águas. Por enquanto, sua única forma de comercialização é por meio de atravessadores.

Ribeirão Branco

Área: 697,500 km²

População: 18.627

Densidade demográfica: 26,71 hab/km²

Itaoca frente à mercantilização da terra

A mineração e o monocultivo de eucalipto e de tomate têm resultado no aumento da mercantilização de terras, no desmatamento e na contaminação das águas. Esses problemas preocupam a União das Agricultoras Agroecológicas de Itaoca (UAAI), composta por agricultoras e quilombolas de diferentes bairros do município: Cangume, Caraças, Fazenda e Rio Claro. Coletivamente, elas produzem e comercializam produtos derivados da cana de açúcar e prestam serviços de buffet de café em eventos. Em suas cadernetas agroecológicas, observam a importância da produção para o autoconsumo e a diversidade dessa produção, que é muito maior quando não arrendam as terras.

Itaoca

Área: 183,015 km²

População: 3.422

Densidade demográfica: 18,7 hab/km²

Barra do Turvo: esparramando organização

Na divisa dos estados de São Paulo e Paraná, entre montanhas e áreas de Mata Atlântica, estão as mulheres agricultoras e quilombolas de Barra do Turvo. Organizadas em associações de quilombos, de agricultura familiar, de produtores de agrofloresta e na Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (Rama), elas se apoiam coletivamente na produção e na vida comunitária. Fazem mutirão, trocam saberes, mudas e sementes e comercializam frutas, farinhas, doces e geléias nas feiras e nas redes de grupos de consumo solidário em Curitiba, Registro e São Paulo, como a Esparrama.

Barra do Turvo

Área: 1.007,684 km²

População: 6.876

Densidade demográfica: 6,82 hab/km²

Itararé e o Quilombo Silvério

Entre cânions, monocultura e minas de água, onde o turismo pulsa forte, as mulheres agricultoras quilombolas do Silvério sonham com autonomia e a conquista do título que oficializa o reconhecimento de sua ancestralidade quilombola. Coletivamente, buscam o acesso à água potável, seja para beber e banhar as crianças e os mais velhos, seja para plantar e regar. Sem água não se cultiva, sem água não se vive.

Itararé

Área: 1.003,860 km²

População: 44.438

Densidade demográfica: 44,27 hab/km²

Itapeva e o sonho de rever o jaó

A ave que dá nome ao Quilombo do Jaó é pequena, tem cauda escondida e faz ninhos com folhas secas próximo dos guapuruvus e ribeirões. Mas muitas quilombolas nunca viram o jaó, que desapareceu depois que o agrotóxico da monocultura contaminou água, frutos e folhas que ele comia. Em resistência, elas constroem esperança no sonho da retomada dos mutirões, na produção de farinha e na luta pelos direitos básicos.

Itapeva

Área: 1.826,258 km²

População: 89.728

Densidade demográfica: 49,13 hab/km²

Salto de Pirapora e o Cafundó

Rios, vales e morretes marcam a paisagem do Quilombo do Cafundó, na região metropolitana de Sorocaba. Na língua-árvore bantu, o lugar é conhecido como “Turi Vimba” ou Terra de Negro. A defesa do território anda junto com a cultura ancestral. Na prática do jongo e da língua cupópia, as agricultoras quilombolas guardiãs da terra guardam a memória e as raízes do quilombo. Seja forte, Anguta Vimba, seja forte Mulher Negra.

Salto de Pirapora

Área: 280,412 km²

População: 43.748

Densidade demográfica: 156,01 hab/km²

Guapiara e as guardiãs do milho crioulo

As mulheres agricultoras de Guapiara protegem as sementes do milho crioulo ao evitar o cruzamento das espécies tradicionais com as transgênicas, que utilizam agrotóxicos. Elas plantam em locais distantes dos monocultivos convencionais e sempre fazem teste genético para certificar seu milho crioulo. No caminho, enfrentam atravessadores, e até mesmo ladrões, que querem sua produção para vender caro no Ceasa.

Guapiara

Área: 408,292 km²

População: 17.071

Densidade demográfica: 41,81 hab/km²



O que é essa violência?

Chamamos de violência sexista aquela que é determinada pelo sexo da vítima, ou seja as mulheres que são agredidas pelo fato de serem mulheres em uma sociedade que as discrimina. A violência sexista é a expressão mais crua e evidente da desigualdade entre homens e mulheres em nossa sociedade. Ela funciona como uma ferramenta de dominação, usada pelos homens para se manter em posições de poder e para domesticar, controlar, limitar e silenciar as mulheres.

Essa violência se manifesta de diversas formas e em diferentes ambientes. Quando uma mulher é assediada na rua, por exemplo, ela está sendo vítima de uma agressão que a reduz a um objeto à disposição de quem a assedia, quando o marido a humilha em casa dizendo que ela não cozinhou um bom almoço ou quando um parlamentar homem insulta ou ameaça parlamentares mulheres. Nenhum motivo justifica a violência que as mulheres sofrem cotidianamente. Mas, muitas vezes, as mulheres se sentem culpadas ou são culpabilizadas pela violência que as atinge. Isso acontece porque nossa sociedade está organizada com base em relações de exploração, dominação e opressão.

Essa forma de organização, que é capitalista e patriarcal, se estrutura com base na subordinação das mulheres aos homens, assim como no racismo e na imposição das relações amorosas e sexuais entre homem e mulher como as únicas aceitáveis, condenando as relações entre pessoas do mesmo sexo. Junto com isto, estão regras do que é ser mulher e do que é ser homem e a condenação de pessoas que não se

enquadram nesta separação entre dois gêneros que são descritos como opostos e exclusivos.

Dizemos que a violência que resulta desse modelo não é algo natural ou biológico, mas sim, histórica e construída socialmente. Por isso, utilizamos a expressão “relações sociais de gênero” como uma forma de chamar atenção para o posicionamento desigual dos homens em um lugar superior ao das mulheres nessa sociedade.

Mulheres e homens nascem em sociedades com expectativas e papéis definidos para cada um e que têm base na forma como o trabalho se organiza: espera-se que os homens tragam dinheiro para a casa e que as mulheres cuidem da casa e da família. Esta expectativa não é realidade para a maioria das pessoas: no Brasil, as mulheres são a principal responsável em quase metade das famílias e, em muitas delas, garantem o sustento e também cuidam dos filhos e parentes. Ainda assim, estas relações sociais de gênero seguem operando com este princípio de separação: funções de mulheres e funções de homens, mas também de hierarquia: as funções dos homens são consideradas de maior valor.

Até hoje as mulheres têm rendimentos menores do que os dos homens e têm menor representação em espaços de poder. A violência sexista é um instrumento para a manutenção dessa ordem. Não é à toa que homens questionam o acesso das mulheres agricultoras à assistência técnica. No fundo, eles não as vêem como agricultoras e como mulheres que contribuem ou garantem o sustento da casa.



DICA DE LEITURA

Cartilha “**Mulheres em luta por uma vida sem violência**” (SOE, 2015), disponível em: bit.ly/3W56jEZ

Reconhecendo a violência sexista

Muitas vezes as mulheres não têm repertório para identificar e nomear a violência vivida. Em pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo (2025), 23% das mulheres responderam espontaneamente ter sofrido alguma situação de violência, sendo 2% violência psicológica e 1% moral. Quando a pergunta foi introduzida pela caracterização das várias formas de violência vividas pelas mulheres por serem mulheres, 50% respondeu que já tinham sofrido algum tipo de violência, sendo 43% violência psicológica, 37% moral e 14% patrimonial.

A Lei 11.340/2006 – Lei Maria da Penha (Brasil, 2006) – reconhece cinco tipos de violência doméstica e familiar contra a mulher: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A violência física trata de qualquer conduta que ofenda a integridade ou saúde corporal da mulher. Já a psicológica envolve qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima, prejudique e perturbe o pleno desenvolvimento da mulher ou vise degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões. A violência sexual trata de qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força. A violência patrimonial implica qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos. E a violência moral envolve calúnia, difamação ou injúria, como juízos morais sobre sua conduta (Instituto Maria da Penha, 2023).

A Marcha das Margaridas, manifestação protagonizada por trabalhadoras rurais, reúne milhares de mulheres a cada três anos. Um de seus eixos é uma vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo, incluindo também a violência institucional, que trata de toda forma de discriminação e maltrato por servidores públicos no exercício de suas funções. Essa violência é muito vivenciada pelas mulheres rurais, sobretudo negras, quilombolas e indígenas (Marcha das Margaridas, 2023).

A seguir, descrevemos diferentes formas de violência que apareceram nos relatos das mulheres agricultoras que participaram das atividades individuais e coletivas de ATER.

Desqualificação do trabalho das mulheres

No campo ou na cidade, as mulheres trabalham muito. Mas, na maioria das vezes, esse trabalho não é reconhecido. E isso tem a ver com a divisão sexual do trabalho, uma forma de divisão social do trabalho em que se considera que o trabalho realizado pelos homens produz bens e mercadorias, ou seja, é produtivo, e que o trabalho das mulheres produz as pessoas trabalhadoras, ou seja, é reprodutivo.

Embora as mulheres trabalhem junto com os homens na roça, o trabalho delas é considerado apenas como “ajuda”. O trabalho de cuidar da casa, dos filhos, pessoas doentes ou idosos envolve tarefas que demandam força física, como carregar baldes de água, buscar lenha para o fogão, limpar banheiros, esfregar ou encerar o chão. No entanto, além de não serem reconhecidas como trabalho, essas atividades são tratadas como menos importantes para a manutenção da casa. Essa desqualificação do trabalho das mulheres é uma forma de violência e se associa também à violência psicológica.

Violência psicológica

A violência sexista também se expressa na violência psicológica, caracterizada por comentários que desqualificam as mulheres, humilhações, xingamentos, imposição de medo com ameaças, controles em relação à maneira como elas se vestem, afirmações de que elas seriam incapazes de viver sozinhas e reclamações excessivas feitas pelos maridos e outros homens da família. Essas agressões verbais diminuem e acabam com a autoestima e a autoconfiança da mulher. No trabalho de ATER, ouvimos com frequência relatos como esses.

Controle do corpo das mulheres

Ao convidarmos as mulheres a refletirem sobre o medo e a opressão nas relações pessoais, aparecem narrativas sobre o temor constante de serem “mandadas” e as imposições sobre seu corpo. A violência sexual dentro do casamento é uma das formas mais comuns de violência machista. As mulheres e seus corpos são tratados como objetos para satisfação da vontade dos homens; já o poder de decisão e o desejo sexual delas são ignorados.

Esse controle também ocorre por meio da violência física, quando a mulher é espancada ou ferida com socos, objetos ou tentativas de estrangulamento. Em situações mais severas, a violência física pode resultar em assassinatos.

“Nós que ficamos caladas aos abusos, tanto mentais quanto físicos, fomos desvalorizadas.”

Limitação da vida social nas comunidades

As restrições a festas, danças e cantos por parte de alguns líderes religiosos limitam a vida social das comunidades e a expressão das mulheres mesmo nas reuniões dos grupos. Esse tipo de proibição é também uma forma de violência e controle. Algumas mulheres relataram a necessidade de ter autorização do padre ou pastor para participar das atividades coletivas de ATER. O pensamento conservador e machista propagado por essas lideranças também reforça o modelo de organização da sociedade centrado

no papel subordinado da mulher dentro da família como caminho para uma vida mais digna e respeitada.

*“A igreja assedia também, se eu falar não vão acreditar.
Os homens de poder têm influência sobre as mulheres.
A palavra deles vale mais.”*

Os dados estatísticos mostram que a violência sexista ocorre principalmente dentro da própria casa e o agressor é um homem muito próximo (marido, tio, filho, outros parentes ou namorado). Ao limitar a sensação de segurança ao mundo privado e aos núcleos familiares, o conservadorismo machista não só torna a violência mais presente na vida das mulheres, como também absolve a sociedade de sua responsabilidade coletiva perante esses padrões estruturais.



Violência institucional

Mulheres quilombolas relatam com frequência o descaso nos atendimentos de saúde e de assistência social e dificuldades enormes para acessarem bancos, serviços de crédito rural e outros serviços públicos, como o acesso à documentação pessoal ou da terra. Situações como essa caracterizam a violência institucional, que se reflete na falta de acesso aos aparatos públicos e tem profunda relação com o racismo e a violência sexista.

“O que deixa a gente triste é que nossos papéis não vão nem para a análise quando vamos fazer uma solicitação”

“Quando a gente vai no banco, nós, mulheres quilombolas, temos dificuldade de conseguir apoio financeiro. Eles preferem ouvir os homens”



Violência obstétrica

Violência obstétrica, racismo e abuso sexual em locais de atendimento à saúde foram frequentes nos relatos feitos pelas agricultoras quilombolas. A violência obstétrica ocorre na hora do parto de diferentes maneiras: pode ser com toques dolorosos para verificar a dilatação da vagina, uso de substâncias ou instrumentos que aumentam a dor, falas que insultam a parturiente ou negação de atendimento alegando falta de vagas. Devido a esse tipo de experiência, quando perguntadas se buscariam os serviços públicos em situações de violência doméstica, muitas mulheres agricultoras manifestam insegurança e desconfiança.

Violência patrimonial

No campo, esse tipo de violência se manifesta tanto pelo controle da diversidade de alimentos que as mulheres escolhem produzir e cuidar em suas hortas, quanto pela desvalorização de seu trabalho nos quintais produtivos ou pela imposição de princípios convencionais de produção, bem como pela oferta de valores inferiores para a compra de sua produção.

“Fazemos tudo com tanto amor e dedicação, mas muitas vezes não conseguimos nem o valor da matéria-prima.”

A aplicação de herbicida na horta da mulher é outro exemplo de violência patrimonial cotidiana que as mulheres agricultoras enfrentam em suas casas. O abuso também se manifesta nas tentativas de roubo do milho que elas plantam ou na relação com atravessadores, que compram a produção delas a preços baixos para depois revender no Ceasa por um preço muito mais alto, dizendo ainda que foram eles que plantaram.

A exploração do trabalho das agricultoras aparece em desenhos que retratam um grupo de mulheres trabalhando na roça e um grupo de homens de pé, observando as agricultoras trabalharem. Em uma encenação teatral, as participantes representaram um homem pagando as mulheres enquanto olhava de jeito desconfiado para ver se o produto cultivado por elas era bom. Todos esses casos configuram violência patrimonial sexista e exemplificam como as mulheres são impedidas ou cerceadas de exercerem com autonomia sua profissão de agricultoras.

Violência contra os modos de vida das comunidades

A monocultura do agronegócio é uma forma violenta de ocupação dos territórios das mulheres. Esse modelo de produção agrícola, que é hegemônico, ou seja, dominante, tem como base um pacote tecnológico composto de sementes modificadas, venenos, financiamentos bancários e uso de extensas áreas de terra para um tipo só de cultivo. As empresas que fabricam esses insumos querem impor esse modelo para todas as áreas rurais. Isso cria um ambiente violento para qualquer outro tipo de produção e modo de vida.

Algumas mulheres quilombolas comentaram que seus maridos têm que abrir roça em áreas cada vez mais distantes, porque os solos das áreas mais próximas já não são tão férteis, o que dificulta seu envolvimento no trabalho na roça. Outras compartilharam que a degradação ambiental do entorno tomado pela monocultura afetou a disponibilidade da água em quantidade e qualidade. O tempo das mulheres para o trabalho doméstico, como lavar a roupa ou limpar a casa, também foi condicionado a essa disponibilidade de água, que é direcionada para as casas somente em alguns momentos do dia.

O monocultivo também necessita de mão de obra assalariada sazonal. As quilombolas relataram sobrecarga e exploração intensa de seus corpos para a colheita de laranja por empreitada, período de trabalho mais intenso. Muitas delas vivem nas fazendas de monocultura e contaram que suas produções de subsistência, como hortas de alimentos sem veneno, foram destruídas após pulverização aérea de agrotóxicos.

*“Saí de licença maternidade e meu chefe
passou o trator na minha produção”*

A violência contra as mulheres rurais está intrinsecamente ligada à violência fundiária e ao racismo ambiental. A ameaça de invasão de seu território tradicional, a contaminação de seus rios por agrotóxicos e a pressão de grandes empreendimentos são formas de violência que agravam a vulnerabilidade.

Outra expressão da violência sexista, vivida principalmente pelas mulheres quilombolas, é a delimitação de acesso aos territórios compreendidos como de uso coletivo e comunitário. Isso ocorre também em áreas de parques nacionais e de unidades de conservação, que não consideram a compreensão que as comunidades têm sobre seu território e criminalizam práticas tradicionais, como a roça de coivara.

As comunidades tradicionais quilombolas e indígenas vivem em áreas com maior cobertura florestal e biodiversidade justamente porque seu modo de vida combina a produção de alimentos e o manejo com o respeito aos ciclos da natureza. As políticas de conservação da natureza se desenvolvem no debate entre visões que consideram esses saberes e outras que pensam o conservacionismo como “natureza sem gente”. Ainda que tenhamos conquistado no Brasil legislações e sistemas de gestão que envolvam as comunidades, muitas vezes sua aplicação é marcada pelo racismo institucional.

Relações desiguais no casamento, de poder dos homens sobre as mulheres, são ainda mais sentidas quando os maridos querem impor formas individualistas e coloniais de manejo do território, por exemplo, proibindo ou desincentivando as mulheres de participar das reuniões da associação ou pressionando por manejos que degradam a área de seu cultivo e têm impactos também nas áreas da vizinhança.

Leitura e teatro no reconhecimento da violência

O seminário “**Violências, feminismo e agroecologia: desafios e perspectivas para as mulheres no campo**”, realizado em Guapiara, em janeiro de 2025, foi a primeira atividade do projeto com o GRET. Para trabalhar o reconhecimento da violência sexista, uma das dinâmicas utilizadas foi a leitura da cartilha Sementeira Feminista: nossos corpos e territórios (SOF, RAMA, 2023). Em grupos de trabalho, pedimos às mulheres que fizessem a leitura de alguns textos da página 20 e, a partir das situações retratadas, criassem cenas com seus corpos e objetos disponíveis no espaço. O resultado foi o seguinte:

GRUPO 1

Apresentou uma situação de abuso, com uma moça em pânico por conta de um assediador. O namorado não queria que ela tivesse amigas e acha que ela o está traindo porque está esquisita, mas é o medo de falar sobre o assédio. Cena: de julgamento, culpa e solidão.

GRUPO 2

Cena de uma agressão e de mulher que não tem voz e é dependente do marido. A filha pergunta para a mãe o porquê do sofrimento. A mulher não contava para ninguém que vivia numa relação com violência sexual.

GRUPO 3

Escolheu uma cena de opressão institucional. Uma representante da associação vai ao banco para acessar créditos e não é ouvida. Quando a mulher quer falar, não há quem queira ouvi-la. Mostrou situações em que a mulher quer acessar políticas públicas, mesmo com a documentação em seu nome, e não é respeitada ou considerada. A situação muda quando o marido vai junto e ela é finalmente atendida.

ATER no enfrentamento à violência

No contexto do Vale do Ribeira, há diferentes organizações e serviços de ATER presentes nas comunidades e bairros rurais. Algumas situações vivenciadas pela equipe da SOF refletem as visões distintas sobre essa assistência e seus objetivos nos territórios. Por exemplo, durante uma oficina de precificação de produtos beneficiados, um técnico que acompanha as famílias de Barra do Turvo sugeriu que aqueles produtos deveriam ser vendidos a duas ou três vezes o valor atual para que aquela atividade fosse realmente rentável. As agricultoras, entretanto, questionaram a imposição do tipo de mercado que aquele técnico propunha, pois o objetivo delas não é necessariamente gerar lucro ou riquezas em forma de dinheiro mas, sim, promover a comercialização dos alimentos saudáveis que elas cultivam e que estes cheguem a todas as pessoas, não só para aquelas de maior poder aquisitivo.

“Infelizmente, meu saber enquanto mulher agricultora não é entendido como importante se eu não estiver na academia”



“Queremos ver nossas produções sendo reconhecidas e valorizadas.”



Uma forma sutil de violência sexista ocorre também no âmbito da ATER, quando homens técnicos diminuem e desqualificam as metodologias propostas por equipes de mulheres. Nesse cenário, reafirmamos o posicionamento contra-hegemônico e reforçamos que, para alcançar a autonomia das mulheres rurais, ações de compartilhamento são essenciais e que os conhecimentos tradicionais existem, resistem e necessitam se mover entre as comunidades. Uma ATER focada só no aumento da produção, que chamamos de produtivista, costuma usar critérios para inclusão nos projetos baseados em dados como volume de produção ou tempo de dedicação à atividade agrícola. Na prática, esse tipo de requisito exclui as mulheres mais vulneráveis, como é o caso das que estão em situação de violência.

Para a SOF, assistência técnica e extensão rural vai muito além de um conjunto de conhecimentos técnicos para o plantio, manejo e colheita para potencializar a produção agrícola das beneficiárias atendidas: trata-se sobretudo de um espaço de compartilhamento e de cuidado, que fortalece a organização e a busca de saídas coletivas. Como vimos anteriormente, a violência sexista no contexto rural está entrelaçada ao sistema produtivo da monocultura, ao agronegócio e seus modos de manejo a partir do uso de agrotóxicos. Em contraposição, nossa ATER é orientada para a transição agroecológica, para a troca de saberes entre as participantes do projeto, pelo fortalecimento dos grupos de mulheres e pelo feminismo. A promoção de cuidados com a vida do solo, as práticas de manejo agrícola que acolhem a diversidade na produção e a comercialização das “miudezas” que as mulheres têm em seus quintais apontaram os caminhos para os atendimentos individuais e atividades coletivas.

Na interação com as técnicas, muitas mulheres perceberam as possibilidades de comercialização de sua produção e começaram a se enxergar como agricultoras. Debates alternativas de manejo agroecológico frente à imposição de monoculturas de café e de palmito que, em alguns locais, se apresentam como as únicas opções de gerar renda e trabalho nos territórios. Visualizamos também como as unidades de produção das agricultoras são portais de diversidade em meio ao mar homogêneo de monoculturas de tomate, pimentão, soja e banana.

Frente às violências vividas cotidianamente, observamos movimentos de acolhimento e segurança entre as agricultoras e quilombolas. A partir dos princípios do feminismo e da agroecologia, muitas vezes não nomeados desta forma, as mulheres criam coletivamente espaços de apoio seguros em seus territórios. Os próprios processos formativos de ATER constroem espaços livres de violência. Compreender como as comunidades se organizam e reproduzem a vida e reconhecer e entender como se manifesta a violência sobre as mulheres nos territórios possibilita construir trilhas para o enfrentamento dessa violência.



DICA DE LEITURA

Sobre os princípios e conteúdos que orientam nosso trabalho, leia: **“Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira”** (SOF, 2018), disponível em: bit.ly/3WaKfsC





Escolhas metodológicas

Estar alerta aos sinais de violência contra as mulheres, criar espaços coletivos e seguros, organizar as mulheres para transformar sua realidade, promover a solidariedade e o compartilhamento das responsabilidades de cuidados e planejar conteúdos e dinâmicas que acolham as mulheres e favoreçam a reflexão. Essas são algumas orientações consolidadas na experiência acumulada pela SOF ao longo de sua trajetória no trabalho com mulheres e que nos guiaram nas atividades do projeto GRET.

Levamos em consideração que os grupos participantes desse projeto encontram-se em diferentes momentos: alguns são acompanhados pela SOF há mais de dez anos, enquanto outros começaram a ser atendidos em 2023, por meio do programa de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) Mulheres. Todos eles já tinham alguma experiência de trabalho coletivo, como na produção e colheita de milho ou na confecção de artesanato.

A partir das questões trazidas pelas agricultoras nas visitas individuais de ATER, organizamos cinco atividades coletivas (*ver quadro*). Nas próximas páginas, vamos tratar com mais detalhes cada uma das orientações elencadas acima, bem como das dinâmicas utilizadas nesse processo.

Atividades coletivas realizadas no projeto GRET

Título	Local	Data	Participantes
Seminário “Violências, feminismo e agroecologia: desafios e perspectivas para as mulheres no campo”	Guapiara	25 e 26 de janeiro de 2025	Mulheres de Itapeva, Ribeirão Branco, Guapiara e Salto de Pirapora
Seminário “Territórios livres de violência contra as mulheres”	Itaoca	12 de fevereiro de 2025	Mulheres do Quilombo Cangume
Oficina devolutiva do Seminário “Territórios livres de violência contra as mulheres”	Itapeva	16 de fevereiro de 2025	Mulheres do Quilombo Jaó
Encontro de Mulheres Rurais	Registro	06 e 07 de junho de 2025	Mulheres de Barra do Turvo, Eldorado, Guapiara, Iporanga, Itaoca, Itapeva, Itararé, Jacupiranga, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, Salto de Pirapora e Sete Barras.
Oficina ATER e enfrentamento à violência contra as mulheres	São Paulo	16 a 18 de agosto de 2025	Equipe da SOF e coordenação do GT de Mulheres da ANA
Oficina “Organização produtiva das mulheres, debate sobre violência e dificuldade da permanência nos territórios	Guapiara	27 de agosto de 2025	Equipe da SOF e coordenação do GT de Mulheres da ANA

Estar alerta aos sinais de violência

“Só fui descobrir o que é violência contra a mulher depois dos 40 anos”.

“Eu dormia todas as noites com calça jeans para o meu marido não tentar nada”.

Relato de agricultoras

“A agricultora está em depressão, ela não consegue sair de casa e nem mexer na horta dela”.

Relato da técnica

A aproximação entre técnicas da SOF e agricultoras durante a execução do projeto ATER Mulheres permitiu desvelar assuntos sensíveis como violência, preconceitos, inseguranças e medos. Estar alerta a sinais como depressão, apatia e isolamento, comuns em mulheres que sofrem abusos e violência, é importante para iniciar processos que possam garantir segurança à vítima.

Há situações em que o medo e as ameaças impedem as mulheres de buscar caminhos institucionais e judiciais como uma saída para a violência. Isso ocorre porque o objetivo da violência sexista é justamente fazer com que a mulher deixe de se sentir como pessoa, com desejos e vontades próprias. E de tanto ser tratada como coisa, ela passa a acreditar nisso. Assim, a busca por saídas das situações de violência passa por um processo em que a mulher retoma o controle sobre sua vida, decida o momento de denunciar, como fazer isso e como expressar o que espera como reparação. Isto contribui para a segurança física e emocional da agricultora. A mobilização de denúncias e os relatos de abusos e violências só são possíveis quando sentimos segurança nas pessoas e no acolhimento dos espaços. Por isso, a ação coletiva é fundamental e deve ser entendida como meio para enfrentar a violência dentro das casas, da comunidade e dos territórios.

O enfrentamento coletivo à violência sexista não é simples:

“Ela vive isso porque ela quer, já separou e voltou com o marido muitas vezes. Nem dou mais importância quando ela reclama do marido.”

O processo de retomar o controle sobre sua vida não é linear e as mulheres em situação de violência têm muitas idas e vindas. O coletivo contribui quando há escuta sem julgamentos e quando cria condições para que a mulher tenha maior possibilidade de movimentação, como, por exemplo, tendo uma renda própria.

Criar espaços coletivos e seguros de compartilhamento

A construção e o fortalecimento de espaços coletivos entre as mulheres é nossa primeira escolha metodológica no enfrentamento à violência. Seminários, oficinas, rodas de conversa, entre outras atividades, acolhem e proporcionam a troca de saberes e a construção de confiança e solidariedade entre as participantes.

A experiência das mulheres em mutirões² e no trabalho conjunto no artesanato mostra que o envolvimento em um espaço comum abre oportunidade para falar sobre assuntos do cotidiano e também de situações mais delicadas, que não conseguiriam relatar em outros lugares. No coletivo, partilhamos as experiências vividas pessoalmente ou por conhecidas ou parentes. Ao escutar diversos relatos similares, compreendemos o significado de violência estrutural e como esta atinge todas as mulheres e percebemos que os problemas que enfrentamos não são individuais, mas, sim, socialmente construídos.

Esse processo de tomada de consciência proporciona, ao mesmo tempo, acolhimento e apoio, bem como um caminho coletivo de busca de soluções concretas para os problemas cotidianos. O reforço da autonomia de cada mulher vem como consequência da percepção dessa relação de interdependência entre as mulheres e entre as mulheres e seus territórios. É como as agricultoras dizem: “meu quilombo existe sem mim, mas eu não sou ninguém sem o quilombo” e “eu cuido da planta e a planta cuida de mim”.

Escolhendo o espaço

O lugar em que a atividade será realizada deve ser escolhido com cuidado. O espaço deve garantir que as mulheres se sintam à vontade e acolhidas, além de garantir que também seja um espaço para as mulheres transitarem livremente, seguro para elas

² Para saber mais, ver o filme “Vida em mutirão” (2024), disponível no canal da SOF no Youtube em: <https://bit.ly/vidaemmutirao>

e para crianças, e, ao mesmo tempo, reservado, para que possam tratar de assuntos sensíveis e se expor sem a presença de pessoas desconhecidas ou homens. A escolha do espaço também está associada aos objetivos e formato de realização da atividade: se é em um local público ou privado, se é em parceria com outros coletivos, sindicatos ou movimentos sociais, por exemplo.

Organização do espaço

O ideal é que o espaço possa ser organizado de forma a que as participantes se acomodem em roda. O método circular, de origem ancestral e indígena, nos mostra que não há um lugar de destaque de fala ou de tomada de decisões: todas podem formular, falar e decidir; quem escuta e quem ouve possui a mesma posição e o compartilhamento de conhecimentos acontece de maneira livre. O círculo permite a troca e não inibe a chegada de novas pessoas ao espaço. Este método foi adotado na educação popular para construir espaços participativos e igualitários.

Para favorecer a troca, a subjetividade, propiciar elaborações e a criatividade feminista, é importante também que a ornamentação do local traga elementos e objetos que representem a realidade das participantes e o conteúdo da atividade como faixas, livros, bandeiras, frases, desenhos e pinturas. Plantas e sementes são sempre bem-vindas neste momento.



Cuidado compartilhado e solidariedade

Para garantir que os espaços coletivos tenham conexão com a realidade das participantes, é necessário conhecer os grupos, seus territórios e também o tema a ser abordado. Outro ponto fundamental a considerar é que a carga de trabalho doméstico e de cuidados sob responsabilidade exclusiva das mulheres coloca muitos obstáculos para que elas deixem sua rotina e participem de uma reunião ou atividade que demande mais dias fora de casa. Além disso, muitos homens impedem as mulheres de viajarem: fazem assédios, colocam empecilhos e dificuldades. Há insegurança também das próprias mulheres que, vivendo em ambientes hostis, temem se afastar de seus territórios.

Essas situações são muito comuns e, nesse contexto, é importante conversar com cada mulher para entender sua realidade, pensar alternativas, buscar apoios nas redes de cuidados e planejar a atividade de modo a garantir a maior participação das mulheres. Organizar a agenda com antecedência, evitando datas que coincidam com outras atividades na comunidade, planejar quem ficará responsável pela comida, limpeza, filhos, horta e animais na ausência da agricultora são outras práticas que permitem às participantes se organizarem melhor para sair de casa.

A organização de Cirandas³ e monitorias infanto-juvenis para que as mulheres que são mães ou cuidadoras possam participar integralmente das reuniões é uma demanda muito comum em diversos projetos e políticas públicas. No programa ATER Mulheres, essa ação ampliou a qualidade de participação das mulheres agricultoras e artesãs, que se sentiram mais tranquilas e confiantes uma vez que suas crianças e jovens meninas também estavam nos mesmos ambientes coletivos e seguros que elas.

Planejar a programação

Planejar previamente a programação e organizar o conteúdo é o grande sucesso de uma atividade. Estabelecer o tempo para cada momento, incluindo a chegada das participantes, apresentação dos assuntos a discutir, realização das dinâmicas e debates em grupos menores e em plenária e mesmo as pausas de café e refeições, garante que o conteúdo seja abordado integralmente.

³ Cirandas são atividades com crianças, prática comum nos movimentos sociais, com métodos educativos que colocam a criança como sujeito ativo. Também possui princípios da educação popular.

A comida também é parte do cuidado com a atividade e do acolhimento. Buscamos que os lanches e refeições utilizem ingredientes agroecológicos, comprados ou doados pelas agricultoras, e que sejam produzidos por grupos de economia solidária. A troca de receitas é parte da troca e da valorização do conhecimento.

Para garantir o entrosamento coletivo necessário em processos de formação, construção de conhecimento e elaboração política sobre um assunto, é preciso organizar a programação com tempos para os seguintes aspectos:

- **chegada e acolhimento**
- **acordos e combinados**
- **desenvolvimento do tema**
- **discussão/debate**
- **síntese e amarração**
- **avaliação**

E pensar equipes responsáveis para:

- **facilitação**
- **relatoria**
- **registro fotográfico**
- **ciranda**

Chegada e acolhimento

Este é um dos momentos mais importantes da atividade pois possibilita que as mulheres se conheçam, criem afinidades e se sintam em segurança. As participantes trazem suas expectativas e se situam para o dia de trabalho coletivo. Muitas chegam ansiosas, por isso a espontaneidade também faz parte deste processo.

O início de uma atividade define a qualidade de participação: um bom indicador é se as mulheres se sentem à vontade e seguras para falar mesmo diante de outras que elas não conhecem. Há diversas dinâmicas que podem ser utilizadas para propiciar entrosamento, descontração, concentração e construir um espaço seguro e solidário de conversa. Algumas podem se desenvolver ao longo de todo um período (uma manhã ou tarde, por exemplo). No próximo capítulo, explicamos em detalhes como funcionam as que utilizamos em nossas atividades do GRET.

Em atividades que têm mais de um período de duração, o início da atividade também é o momento em que são acolhidas novas participantes que chegaram e em que há um resumo de retomada dos debates feitos no momento anterior.

Acordos e combinados

Os acordos e combinados são necessários para a convivência coletiva, para atenção às corresponsabilidades e cuidados entre as pessoas e com o espaço. Eles devem ser realizados sempre no início do dia, após a acolhida ou as dinâmicas de apresentação.

Nesse momento, explicamos como será o dia, repassamos a programação e estabelecemos acordos sobre os tempos de cada atividade, incluindo as pausas, os horários das refeições e o horário de término. Apresentamos o espaço físico, falamos sobre a manutenção da limpeza do local, os apoios de estrutura e pessoas presentes. Orientamos a não utilizar o celular durante a atividade e explicamos como ativar o modo silencioso.

Também fazemos ajustes na programação conforme a necessidade do grupo. Em uma das atividades, por exemplo, as agricultoras apontaram que necessitavam conversar sobre comercialização.

Os acordos e combinados podem ser construídos coletivamente, ainda que tenham sido organizados previamente, pois há uma co-responsabilidade de todas as participantes para com a boa convivência no período em que estarão juntas.

Quando a atividade envolve o tema da violência, um ponto fundamental é o pacto de sigilo e de cuidados entre as mulheres, que estabelece uma conduta comum a ser seguida por todas as participantes para garantir a não exposição de relatos sensíveis e experiências de violência que serão compartilhadas durante o encontro.

Pacto de sigilo e cuidados

Tudo o que é compartilhado na roda de conversa permanece entre as mulheres, em um espaço de confiança e acolhimento

“Conta o milagre mas não fala o nome do santo”: nomes de pessoas envolvidas nos casos relatados podem ficar em sigilo para evitar exposição

Ouvidos atentos e palavras acolhedoras para se permitirem a escuta, desenvolver a solidariedade às situações expostas, exercitar a escuta sem julgamentos

Equipe da atividade

Para garantir uma atividade coletiva, é importante ter uma equipe de pessoas que vão apoiar na organização do tempo, na divisão de tarefas de facilitação dos conteúdos, na garantia do funcionamento de cada momento da programação e na relatoria e registro fotográfico. As facilitadoras observam também o nível de concentração das participantes nas atividades e, quando necessário, fazem paradas ou intervalos para mexer o corpo e acordar a mente. Geralmente, pensamos no número de facilitadoras de acordo com o número de participantes presentes. As atividades coletivas de ATER Mulheres, com um dia de duração, envolveram duas facilitadoras a cada 20 participantes.

Em cada atividade, contamos ainda com uma ou duas mulheres responsáveis pelo cuidado das crianças. Falamos para elas quem são as crianças, que idade têm, de qual comunidade vêm e explicamos qual o conteúdo a ser debatido pelas mulheres adultas. Elas preparam materiais e jogos e, ao final da atividade, as crianças compartilham o que realizaram ao longo do dia. Tudo isso garante que os espaços coletivos sejam proveitosos e participativos.

Desenvolvimento do tema

Um tema deve ter início, meio e fim e se desenvolver de acordo com as percepções, interpretações e compreensão do grupo. O indicador sobre como determinado tema é assimilado aparece nas falas das mulheres. Por isso, é fundamental fazer essa escuta e estar atenta para seguir com o assunto ou mudar a rota, se necessário.

O ponto de partida para desenvolver um tema são as questões orientadoras. Elas ajudam a situar os diversos conhecimentos e percepções que as mulheres têm de um assunto.

Violência: Algumas questões orientadoras

Quais violências as mulheres deste território vivem?
Como elas surgem?
Como as mulheres percebem estas violências?
Como mobilizar ações coletivas de enfrentamento?

Em grupos menores, as participantes conversam sobre as questões durante um determinado tempo, por exemplo, 30 minutos. Em seguida, cada grupo apresenta o resultado de suas discussões em plenária com todas as participantes. No início da atividade, as facilitadoras orientam sobre como essa apresentação poderá ser feita. Os formatos podem ser diversos, como desenho, palavras, teatro, massa de modelar, entre outros. O principal é que as mulheres possam se expressar livremente.

O desenvolvimento alterna momentos de debate em plenária, que incluem todas as participantes, e momentos em grupos, seguidos de compartilhamento em plenária. Esse processo plenária-grupo-plenária pode ser realizado mais de uma vez ao longo do dia, a depender do tempo disponível e do tipo de dinâmica escolhida e dos novos temas que surgem e são sistematizados pelas facilitadoras a partir dos relatos de grupos. É preciso também saber se o objetivo das atividades propostas foram atingidos. Por exemplo: depois de uma dinâmica de grupo, as mulheres conseguiram identificar as violências?

Exemplos

No seminário de Guapiara, que abriu o ciclo de atividades do projeto, as questões centrais que apareceram no primeiro debate em grupo foram organizadas em torno a quatro assuntos:

Medo
Ciclos da mulher
Excesso de trabalho
Machismo

Solicitamos então que os mesmos grupos conversassem sobre como elas vivenciam, sentem e lidam com esses assuntos no cotidiano a partir de outras quatro questões:

Como é a minha comunidade?
Onde estão os homens?
O que nós estamos fazendo?
O que os homens estão fazendo?

*Por conta do machismo
Eles tiram nossa oportunidade de trabalho
Tiram as nossas oportunidades
De plantarmos o que queremos
Por nós sermos mulheres
O machismo hoje abrange tanto o campo como no lar
Nós mulheres queremos ter o mesmo direito do homem,
para que nosso trabalho tenha o mesmo valor
Queremos não sair fora para trabalhar,
Queremos trabalhar na nossa comunidade para ter renda
Porque no momento tem pessoas de fora tirando a nossa renda
Queremos permanecer dentro da nossa comunidade
E não ter que sair para trabalhar
Como tem muitos que já saíram*

Produção de um grupo de trabalho das participantes do seminário

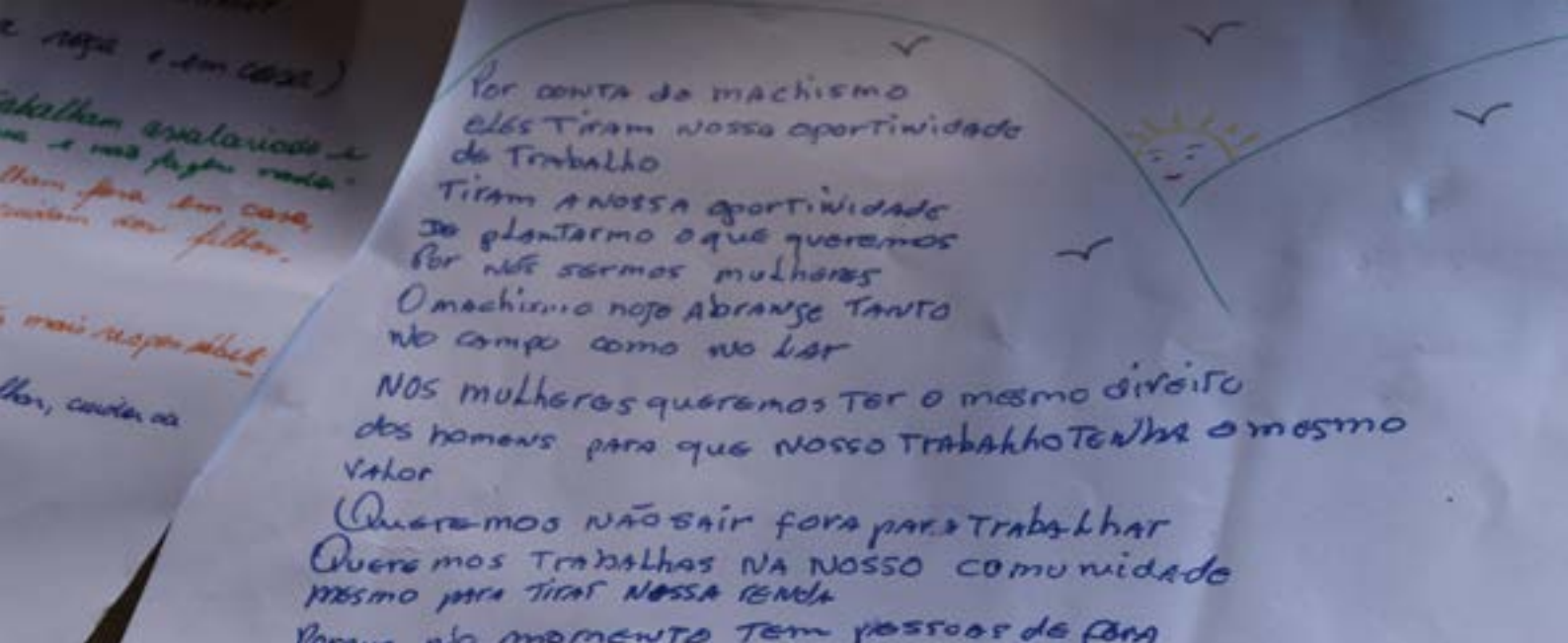


Foto do seminário “Violências, feminismo e agroecologia: desafios e perspectivas para as mulheres no campo”

Discussão

Após cada atividade em grupo e a apresentação em plenária, perguntamos às mulheres: “Como foi fazer essa atividade?” Geralmente, são destinados de 3 a 5 minutos para as que queiram possam compartilhar se foi fácil, difícil ou o que sentiu. Este momento é importante para voltar o foco e a atenção das mulheres para a atividade e para que elas tragam sua subjetividade e um pouco de suas experiências individuais. Por meio deles, conseguimos organizar os elementos para manejar as relações no grupo e seguir desenvolvendo o tema.

Como foi fazer a atividade?

“é dolorido lembrar das agressões”

“a mulher muitas vezes quer sair da situação de abuso, mas não consegue”

“as mulheres que ficam na relação abusiva têm medo de morrer, têm medo pelos filhos”

“vulnerabilidade assola a vida da mulher, como sair desta situação de tamanha dependência emocional”

“quando você está de fora da situação, você acha a solução, mas é completamente diferente quando você vive o problema”.

“agressões cotidianas vão invalidando a vida”

“saí de licença maternidade e meu patrão passou o trator na minha produção”

“devemos tirar da nossa cabeça que a mulher conserta o homem”

“rede de apoio: um dos mecanismos é estar em grupo, um lugar seguro, para que a mulher possa falar sobre como vive – revelar seus temores”.

Estas e outras falas das mulheres que aparecem nos processos coletivos de formação devem ser registradas para a memória do processo. Elas podem ser utilizadas depois, em outras atividades, quando, por exemplo, está difícil aparecer o assunto que queremos tratar – a violência. Nesses casos, retomamos uma das frases, contamos que ouvimos de uma agricultora e perguntamos se elas concordam ou não. A partir daí, a conversa flui.

Síntese e amarração

É importante que, no momento da socialização das discussões nos grupos em plenária, a equipe de facilitação organize uma lista de palavras, expressões ou frases-chaves que estabeleçam conexões entre si e com a realidade das mulheres. Esse exercício ajuda na construção da síntese final, um documento que organiza os assuntos e informações geradas pelas agricultoras nos debates e possibilita avançar na reflexão sobre ações a fazer para transformar a realidade. Este momento exige conhecimento prévio do assunto por parte da facilitadora, que é uma educadora popular, para conectar as falas e conhecimentos trazidos pelas agricultoras com o contexto, que envolve a compreensão das razões pelas quais a violência ocorre, como ela se manifesta, dados, entre outras informações.

Outro ponto fundamental é finalizar cada momento coletivo ou dia de atividade de uma maneira positiva e assertiva. Sabemos que o assunto da violência não é um tema fácil de lidar, mexe e mobiliza sentimentos em todas. Mas trabalhar a síntese do dia com exemplos, propostas e ações que transformam a realidade muda a perspectiva do peso ou imobilidade que o assunto pode trazer. A finalização dá o tom para as próximas etapas de trabalho e proporciona para as mulheres sentimentos que possibilitam a construção coletiva.

A dinâmica de finalização que utilizamos no seminário de Guapiara foi a de fazer uma roda e juntas falar o nome de uma mulher que nos inspira, simultaneamente, em uníssono, como um pacto firmado naquele momento para construir um lugar mais seguro, digno e igual para todas.

Avaliação

Sempre ao final de uma reunião, oficina, roda de conversa ou outro momento coletivo, é importante que as participantes e facilitadoras façam uma avaliação. Todos os aspectos do encontro podem ser avaliados, como os conteúdos, a programação, a comida e o espaço escolhido para a atividade. As participantes podem destacar quais foram os acontecimentos, falas ou situações que as marcaram durante a atividade. Também solicitamos sugestões para os próximos encontros, o que amplia a possibilidade de construção mútua.

“Que bom, que tal, que pena” é o nome de uma dinâmica bastante utilizada em avaliações. Os mesmos grupos de trabalho que discutiram os temas durante a atividade coletiva se reúnem novamente para avaliar o conjunto do encontro. As frases estão

relacionadas aos aspectos positivos da atividade (que bom), o que gostariam de propor para um próximo encontro ou o que mudariam (que tal) e o que não gostaram (que pena).

Outro jeito de registrar o que ficou de uma atividade é entregar um pouco de argila para que as participantes modelem uma imagem que traduza como foi o tempo passado juntas e o que ficou para elas.



Organizar para transformar a realidade

*“Mudar o mundo para mudar a vida das mulheres
Mudar a vida das mulheres para mudar o mundo”*

Lema da Marcha Mundial das Mulheres

Em uma análise sobre o papel da educação popular e feminista para a construção política da Marcha Mundial das Mulheres e também nos processos formativos da SOF, Nalu Faria (2022) afirma que nossa metodologia “é decorrente da nossa visão de transformação do mundo, a partir da luta popular e do que entendemos como o papel das construções de sujeitos políticos. Está, portanto, vinculada à organização do movimento”.

A prática da educação popular une a teoria e a ação, proporcionando troca de experiências e saberes, e também constrói reflexão política sobre as condições de vida das pessoas e as causas de problemas econômicos, sociais ou ambientais. A educação popular deve promover bases para fortalecer o engajamento político e a atuação coletiva.

Nossa metodologia feminista está alinhada com esses pressupostos porque há o objetivo de impulsionar a mudança através da auto organização e experiência das mulheres. As maneiras com as quais as mulheres lidam com as opressões e violências em seu cotidiano mostram caminhos estratégicos de proteção e segurança e se constroem na busca de relações mais igualitárias e justas, que reagem às imposições capitalistas sobre suas vidas nos territórios.

A auto organização das mulheres para enfrentar as questões que impactam suas vidas aparece tanto no debate sobre como se organizam para produzir e comercializar coletivamente, quanto na discussão organizada em Guapiara sobre o que é possível fazer a partir das comunidades e grupos organizados em cada território.

Novamente, reforça-se a importância de tirar de casa mulheres em situação de violência e trazê-las para espaços coletivos como as reuniões de associação, os grupos de produção de artesanato, os mutirões nas roças, as atividades culturais ou oportunidades de qualificação para poder ter renda e se manter na comunidade.

Os encontros também são momentos para avaliar e reivindicar mudanças nas políticas públicas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), de forma a manter suas produções e garantir preços justos e também para continuar a mobilização das mulheres. Essas políticas são importantes para garantir a construção de autonomia e dos espaços de participação das mulheres.



Dinâmicas para o trabalho coletivo

Aqui compartilhamos um pouco mais sobre as dinâmicas utilizadas para trabalhar as diferentes violências vivenciadas pelas mulheres agricultoras, artesãs e quilombolas e as problemáticas trazidas por elas, bem como os diversos momentos das atividades coletivas. Esperamos que elas possam inspirar e auxiliar outros grupos que trabalham com mulheres.

As dinâmicas aqui propostas demandam um tempo mínimo de 20 a 30 minutos para sua realização e primeiro processamento, ou seja, para a rodada em plenária onde as participantes respondem à pergunta sobre como foi fazer o exercício. Esse tempo varia conforme o número de participantes e o tempo disponível para o conjunto da atividade. Já a dinâmica de desenho do território demanda mais tempo, entre 30 e 40 minutos para o grupo, e mais 20 minutos para apresentação e primeiro processamento.



Dinâmicas de apresentação

Apresentação, interação e mapeamento de expectativas

Como funciona

- Organizamos imagens de quatro ervas, todas de uso medicinal e muito comentadas pelas agricultoras (camomila, hortelã, alecrim e melissa)
- Solicitamos que cada participante escolha uma planta e se apresente
- Em seguida, as participantes que escolheram a mesma planta se reúnem em grupo para discutir o que trazem e o que gostariam de levar da atividade. Elas são orientadas a representar o resultado coletivamente, por meio de desenhos, símbolos, escritas ou falas
- No grupo, as participantes definem uma representante que vai apresentar na roda maior o que conversaram



Papel da facilitação e o que pode revelar

As afinidades entre as mulheres já afloram no momento da escolha da planta. Há falas sobre a identificação com a erva escolhida, além de compartilhamento de saberes sobre seus usos.

A facilitação deve exemplificar e comunicar bem a intenção da apresentação coletiva. É necessário fortalecer que a comunicação deve ser combinada coletivamente no grupo e que a representação seja uma construção do comum, de modo a evitar falas individuais e a inibição de outras mulheres. Sabemos que chegar a essa fala do que foi comum no grupo é um aprendizado. É frequente uma representante do grupo contar só sua experiência ou repetir o que cada uma falou no grupo. Quando isso acontece, a facilitadora pode perguntar: “e o que vocês consideram que é comum à maioria das falas?” Pode também direcionar a pergunta para as que não falaram ou as que falaram menos na primeira rodada.

Além de proporcionar a aproximação entre as mulheres, esse momento pode resultar em novos assuntos a incluir na agenda da atividade, bem como identificar as angústias enfrentadas pelas participantes.

História do seu nome

Como funciona

Cada participante conta sobre seu nome, como foi escolhido, quem tinha escolhido, em que contexto.

Papel da facilitação e o que pode revelar

A intenção desta dinâmica é que as participantes possam se concentrar sobre si mesmas e, assim, resgatar suas histórias, mesmo que brevemente, como uma pessoa que se insere em uma comunidade. As apresentações podem trazer as relações que as mulheres possuem entre elas, como é frequente no caso dos quilombos e outros bairros, já que muitas mulheres possuem parentesco entre si.

A maior parte relatou que foi o pai quem escolheu o nome. Entre as mais novas, era mais comum a mãe ter escolhido. Às vezes, quem escolheu o nome foi o padrinho ou a madrinha, que muitas vezes são pessoas importantes da comunidade. Várias contaram que o nome era uma homenagem a alguém: a avó que não conheceu, uma professora querida pela comunidade e, entre as mais novas, uma cantora ou atriz. Algumas contaram da interferência do escravidão – o poder do Estado – na definição do nome ou de sua grafia devido a interferências que têm a ver com a troca do L pelo R, uma característica de falantes de bantu que persiste entre quilombolas. Outras contaram que são nomeadas de forma diferente no espaço doméstico, da casa, ou no espaço externo, público, fora da casa. As conversas também revelam como os nomes projetam expectativas dos pais e mães para as filhas.



Dinâmica para refletir sobre ser mulher

Como funciona

O principal nesta dinâmica é responder a duas perguntas, que podem ser formuladas das seguintes maneiras:

- O que é bom ou positivo em ser mulher? Ou: por que é bom ser mulher?
- O que é difícil ou negativo em ser mulher? Ou: por que é ruim ser mulher?

Essas perguntas podem ser respondidas tanto em pequenos grupos, no formato “cochicho”, em que as mulheres dialogam com as que estão sentadas por perto, quanto em grupos maiores. Se em trio, os resultados são apresentados oralmente. Já em grupos maiores, com mais tempo, pode ser com desenhos, colagens, por escrito ou nas falas.

Em uma das atividades do projeto, as mulheres se posicionaram em duas grandes rodas concêntricas, com as da parte interna olhando de frente para as da parte mais externa. As mulheres se moviam numa única direção a cada 1 minuto, enquanto as de fora esperavam a troca das companheiras a sua frente. Foram dois giros completos, um para cada pergunta. Conforme a roda girava, uma mulher colocava a pergunta e a outra respondia. Esse movimento ia se alternando. Assim, todas as mulheres ou fizeram a pergunta ou a responderam. Dessa maneira, todas puderam falar e ouvir distintas mulheres. Após as trocas, todas retornaram para o círculo maior para socializar as percepções.

Papel da facilitação e o que pode revelar

As facilitadoras devem estimular as mulheres a falar sobre o que disseram e o que ouviram das outras, se houve muitas respostas parecidas ou quais respostas eram diferentes. Este exercício permite que as mulheres troquem impressões sobre suas experiências pessoais e consigam identificar como as desigualdades de gênero no espaço doméstico ou no espaço público se manifestam. É comum serem relatadas mais experiências negativas do que positivas em ser mulher. Por isso, é importante articular esta dinâmica com outras que possam avançar na reflexão sobre as causas dessa desigualdade e como as mulheres se auto organizam coletivamente para que a vida continue existindo nos territórios.

Reflexões sobre ser mulher

As mulheres são condicionadas para estarem disponíveis aos trabalhos de cuidados, da casa e da família, em uma condição de invisibilidade e de sobrecarga, colocada como sacrifício. Palavras associadas a mulheres fortes, lutadoras e que superam obstáculos aparecem com frequência nos relatos.

A anulação e a desvalorização das mulheres na sociedade, que também impõe padrões de comportamento e existência, distanciam as mulheres de seus corpos, vontades e sonhos. A dificuldade que a maioria das mulheres encontra para afirmar o lado bom de ser mulher também é dada por essa realidade e pela impossibilidade de elaborar politicamente a sua existência.

Pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2025) sobre mulheres e gênero no Brasil apontou que 58% das entrevistadas entendiam que havia mais coisas boas do que ruins em ser mulher. Essa proporção diminuiu em 10 pontos em relação à última pesquisa. Segundo a pesquisa, para 43% das entrevistadas a melhor coisa em ser mulher era a maternidade e os filhos e as piores coisas eram a discriminação social e o machismo (23%) e a violência contra as mulheres (21%).

Nas respostas dadas pelas participantes da dinâmica em roda, a maternidade e os filhos também foram mencionados de forma positiva. Já o medo, como uma expressão da violência, e o machismo foram apontados como pontos negativos de ser mulher. A dinâmica e os debates que se seguem a ela permitem introduzir conceitos como divisão sexual do trabalho e sociedade patriarcal, capitalismo, colonialismo, racismo e heteronormatividade.

Dinâmicas que ajudam na organização dos grupos

Balaio: o que queremos carregar?

Como funciona

Um cesto (balaio) é colocado no centro da roda e a cada tema a facilitadora pergunta:

“O que o grupo quer carregar?”

“Como carregamos?”

Essas perguntas ajudaram a detalhar cada tema em subtemas, acrescentados a partir da reflexão coletiva. Isso possibilitou que as mulheres pudessem organizar seu posicionamento diante de cada situação.

Papel da facilitação e o que pode revelar

As facilitadoras propuseram esta dinâmica após escutar as mulheres relatarem que os mutirões entre elas são importantes, mas que na comunidade há uma compreensão não explícita que organiza o comportamento das pessoas a respeito da presença em mutirões: “se eu não vou no mutirão de uma pessoa, eu sei que ela não virá no mutirão na minha casa”. Não se considerava que a pessoa que faltou no mutirão poderia estar doente ou com muito trabalho em casa. Conversamos então sobre os exemplos dos mutirões da Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras (RAMA): mais do que trocas de serviços, eles são mutirões de cuidado umas com as outras e uma maneira de estarem juntas para conversarem coisas importantes para a organização delas. Contamos também que, na RAMA, a reciprocidade é considerada por grupo e não de forma individual. Dessa forma, o grupo pode acolher situações em que as mulheres não conseguem participar de uma atividade.

A atividade permitiu organizar os diversos assuntos que preocupavam a comunidade, como as possibilidades de retomar atividades que gerem renda para as mulheres e de fortalecer laços com outras comunidades quilombolas da região que enfrentam problemas comuns de infraestrutura e falta de água, além de desafios para a comercialização e a produção.

Resultado da oficina Balaio no Quilombo do Jaó, em Itapeva (SP)

Vamos carregar :

- Mutirões entre as mulheres
- Chamadas de reuniões
- Acompanhar e pressionar os órgãos públicos sobre a questão da água
- Organizar e mobilizar as mulheres para o projeto de costura
- Chamar a juventude do quilombo para ajudar na reforma das estruturas comunitárias
- Organizar diálogos e oficinas com mulheres de outros quilombos para tratar sobre turismo de base comunitária e assessoria contábil e jurídica para se sentirem mais seguras e tratar dos assuntos da associação



Olhos vendados e confiança entre as mulheres

Como funciona

A dinâmica consiste em formar duplas e uma mulher guia a outra companheira de olhos vendados em um espaço seguro até encontrar um objeto que terá que ser reconhecido através do tato, cheiros e sons. Depois elas trocam de posição e repetem o processo, ou seja, quem estava de olhos vendados passa a ser a guia da outra companheira.

Papel da facilitação e o que pode revelar

Esta dinâmica permite falar sobre confiança e fazer com que as mulheres percebam as situações que ameaçam seus processos de organização, possibilitando fortalecer a relação das mulheres e suas associações. Permite pontuar também que situações de violência, de doença ou de trabalho influenciam e podem afastar as mulheres dos espaços coletivos.

Revela inseguranças e medos experimentados ao não enxergar, como medo de derrubar um objeto, de não saber onde vai tocar, de cair ou de se sentir perdida caso a companheira largue sua mão. Ao mesmo tempo, revela segurança quando a companheira guia de maneira gentil e devagar. Proporciona questionar o porquê é difícil confiar nas pessoas e nos caminhos que outras pessoas decidem por você. Exemplos citados foram situações de violência que envolvem a polícia e processos judiciais que não conseguem amparar e dar segurança às mulheres.

As facilitadoras ajudaram as mulheres a aprofundar suas reflexões sobre como a desconfiança, o isolamento e o individualismo são construídos a partir do sistema patriarcal em que vivemos e como a solidariedade, paciência e empatia fazem parte da construção de processos e de sujeitos políticos. Foi possível também perceber que, quando não vemos e não sabemos o que carregamos de problema, também não temos dimensão dos problemas alheios.

Foi colocado que as relações de confiança são construídas em espaços de confiança e as mulheres relataram sobre a segurança que sentiram, mesmo com olhos vendados, por reconhecer que o local onde foi organizada a dinâmica é um lugar reconhecido por elas como um espaço seguro.

Excesso de sentimentos, certezas e julgamentos, a necessidade de compartilhar e confiar na sabedoria das mulheres sobre o uso de plantas medicinais, a importância das relações de autocuidado/confiança em si e de ter convivência com grupos e conhecer as vizinhas foram outros pontos colocados. O isolamento foi relacionado com a desqualificação das mulheres e de seu trabalho e a falta de apoios ou incentivos dentro das casas, das famílias ou do Estado.

História coletiva

Como funciona

Este método envolve a construção de uma narrativa coletiva sobre o tema da violência contra as mulheres e foi escolhido a partir de uma questão levantada pela equipe técnica da SOF: “Como as mulheres percebem que as companheiras precisam de apoio?”

A proposta foi a de construir uma reflexão sobre os caminhos para que as mulheres pudessem se apoiar e ajudar companheiras em situação de violência. O ponto de partida da história foi proposto pelas técnicas da SOF:

*“Era uma vez, duas irmãs que queriam plantar uma árvore no quintal.
Mas o pai não deixou e disse que ali não se plantava árvores...”*

É preciso que a história tenha início, meio e fim. A metodologia foi organizada em dois momentos: no primeiro, as mulheres constroem e contam sua história. No segundo, complementam, avaliam ou modificam coletivamente partes que foram destacadas pelas facilitadoras em um exercício de organizar e decidir sobre o que era comum a todas.

Papel da facilitação e o que pode revelar

Esta dinâmica foi desenvolvida em oficina em Guapiara e resultou no texto que trazemos aqui. As mulheres consideraram que a história criada tem um pouco da trajetória de cada uma e que colocaram coisas que gostariam de viver. Consideraram que o excesso de trabalho deixa a mulher triste e doente e que a situação piora quando os homens estão em casa. Perceberam que a única figura masculina é a do pai. As mulheres comentaram que “os homens estão trabalhando fora e não aparecem” ou que “são chatos e atrapalham” e que gostaram da história como ela apareceu.

Abrindo e plantando³

História do grupo de mulheres artesãs e agricultoras de Guapiara construída coletivamente em atividade do projeto realizada em agosto de 2025

...Era uma vez...

Duas meninas que moravam com sua família, casinha de sapê, pau a pique, de taipa de barro batido, o piso de tábuas, não havia nenhuma vegetação próxima da casa e nenhuma sombra de árvore.

Uma delas perguntou ao seu pai se poderia plantar uma árvore para ter uma sombra, mas o pai não deixou: Aqui ninguém planta árvores!

A menina então pensou: “então posso plantar milho e outras plantas”. Foi então que começaram a plantar muitas coisas, a produzir ervas, horta e milho. Começaram a construir outros caminhos para ver as coisas plantadas e produzir seus próprios alimentos. Elas cresceram e continuaram produzindo.

Um dia a mãe delas ficou doente e as ervas que plantaram ajudaram a curar a mãe. Fazendo uso das plantas que plantavam. Eram ervas que a mãe já conhecia, mas que o pai nunca deixou plantar.

Elas produziam ervas medicinais, alface e muitas outras diversidades. E vendiam também! E com o dinheiro foram construindo outros sonhos. Construíram as suas casas e plantaram a árvore que queriam ter plantado desde pequenas.

Quando elas plantaram a árvore, tiveram as coisas que sonharam: suas casas, tiveram filhos e fizeram família. Os filhos brincavam juntos e era muita alegria. E este sonho foi se realizando com as plantas e com os trabalhos delas.

Elas lembraram de quando o pai não as deixou plantar, mas mesmo respeitando a decisão do pai, ela lembrou também quanto ele deixou de sonhar.

O tempo foi passando e uma delas começou a se sentir muito sozinha com os cuidados da casa, sem muito apoio e muito trabalho. Então deixava de sair de casa. As amigas e a irmã perceberam a falta dela e foram até ela para ver se estava tudo bem. E perceberam que estava sobrecarregada.

³ Alusão à história do caminho do Peabiru, que indígenas guaranis abriram entre o litoral e o interior do país, conhecido como uma jornada sagrada “Caminho da Terra Sem Mal”. A cidade de Guapiara faz parte da rota do Peabiru. Saiba mais em: <https://www.caminhosdopeabiru.pr.gov.br/>

E as amigas só perceberam que havia algo estranho porque compartilharam percepções: às vezes a casa bagunçada é um sinal, a ausência da companheira nas reuniões é um alerta, o olhar, se está muito quieta ou quando fala demais. Quando está ausente nas redes sociais, nos vistos do whatsapp.

E então as amigas começaram a apoiar, umas às outras, e foram se sentindo confiantes para seguir e se ajudar. Contando para as outras e compartilhando o que ela passava, a mulher triste foi se sentindo mais segura para continuar. No início era apoio moral, mas depois começaram a se organizar para irem juntas nas casas umas das outras e para apoiar em algum trabalho juntas.

Um dia se reuniram e conversaram sobre como organizar o negócio delas e numa roda de conversa decidiram criar uma cooperativa de mulheres agricultoras para poder ter nota fiscal, ter seus produtos nos mercados e ter acesso a financiamentos. Então surgiu a cooperativa.

E na cooperativa tinha uma creche, um lugar de cuidados com as crianças, para que as mulheres pudessem também trabalhar.

Foram ao banco tentar um crédito para melhorar a produção e conseguiram o dinheiro. Para apoiar a produção e funcionamento da cooperativa. Pensaram juntas muitas maneiras de continuarem juntas e agora a cooperativa é mais um sonho que se realiza.

Fim



Desenhando o território

Como funciona

Em pequenos grupos, as mulheres desenhavam sua comunidade e localizam na ilustração onde estão e o que fazem mulheres e homens. Em seguida, o desenho é apresentado pelos grupos em plenária e as facilitadoras ajudam a construir sínteses a partir dos debates gerados pelas imagens.

Papel da facilitação e o que pode revelar

O uso desta metodologia permite que as mulheres possam compartilhar mais sobre suas realidades a partir dos trabalhos que fazem, suas práticas cotidianas, as mudanças que têm impactado os territórios, os espaços que elas ocupam dentro de suas comunidades e locais de trabalho. Aparecem ruas, casas, roçados, escola e posto de saúde no quilombo, o centro da cidade, as estradas, os espaços e atividades de maior responsabilidade das mulheres como a horta, a criação de galinhas e porcos, as mulheres levando as crianças para a escola.

A facilitação apoia a construção de conceitos como a divisão sexual do trabalho e como ele se traduz no campo na divisão entre trabalhos supostamente leves (das mulheres) e mais pesados (dos homens). O exercício permite organizar essa reflexão e também colocar pitadas de reconhecimento dos trabalhos das mulheres, por exemplo, discutindo o uso do diminutivo “hortinha” para saber se era uma expressão de afeto ou se o espaço era pequeno ou se achavam que a horta tinha um menor valor do que outras atividades produtivas da família.

A partir das falas das agricultoras, debatemos o mito do amor romântico, como ele é utilizado na família patriarcal e como dificulta para as mulheres compreender quando estão vivendo situações de violência e poder sair delas. Conversamos sobre como muitas mulheres acreditam que podem mudar companheiros violentos ou evitar que as agressões aconteçam e como a violência patriarcal constitui um padrão de masculinidade, em que o que está em jogo é ao mesmo tempo a dominação e controle sobre as mulheres e a aceitação no grupo dos homens, também atravessada por relações de classe e raça. As mulheres também compartilharam histórias em que agressores usam o lado sentimental e material para manter relações violentas. Frente a isso, dialogamos sobre como apoiar ou “resgatar” mulheres que estão em situação de violência e como esse é um trabalho que demanda tempo, paciência, conhecimento e necessita ser feito coletivamente em redes de apoio.

Caminhada da mudança

Como funciona

Cada mulher escreve em uma folha impressa com a silhueta de um pé qual seria o primeiro passo para construir territórios livres de violência. A partir dos desenhos apresentados, é feita a discussão em plenária. Em seguida, as pegadas são colocadas em um caminho e são firmados compromissos com este caminho.

Papel da facilitação e o que pode revelar

Muitas ideias são colocadas pelas mulheres e algumas merecem mais tempo de conversa, por exemplo: “chamar a polícia”. As facilitadoras podem colocar questões que levem a refletir sobre como funciona a polícia na comunidade e como as denúncias de violência no município são encaminhadas.

“O que é possível fazer para prevenir as situações de violência?” é outra pergunta que aprofunda a discussão. Redes de apoio mais eficientes (família, comunidade e Estado), diálogo entre vizinhos, grupos auto-organizados de mulheres e a relação destes grupos com a política pública são elementos que apareceram nessa dinâmica.

O encerramento da dinâmica envolve assumir compromissos com o caminho proposto, falando ao mesmo tempo em voz alta e simultaneamente o nome das participantes e depois o nome de uma mulher que nos antecedeu e que nos inspira, pois nossos passos vêm de longe. Ao final, as crianças presentes também foram convidadas a compartilhar seus desenhos e pinturas que foram colocados no caminho porque elas fazem parte e enchem a trajetória de cor e vida.





Alguns resultados e recomendações

O Encontro de Mulheres Rurais realizado em Registro, São Paulo, em 6 e 7 de junho de 2025, marcou o encerramento das atividades de ATER Mulheres 2023-2025, previstas no contrato firmado entre a SOF e a Agência Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural Anater (Anater). Participaram desse momento agricultoras familiares e quilombolas vindas dos 13 municípios do Vale do Ribeira e sudoeste paulista: Barra do Turvo, Eldorado, Guapiara, Iporanga, Itaoca, Itapeva, Itararé, Jacupiranga, Registro, Ribeira, Ribeirão Branco, Salto de Pirapora e Sete Barras.

O encontro contou também com a presença de gestoras da Diretoria de Políticas para as Mulheres Rurais do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Anater. Esse foi um momento para avaliar coletivamente o processo realizado. Muitas agricultoras relataram que essa foi a primeira vez em que receberam esse tipo de atendimento.

Principais resultados obtidos nesse processo

- Criação de espaços seguros de fala
- Estabelecimento de ponte entre pessoas que não se conheciam mesmo morando muito próximas
- Reconhecimento das diferentes formas de violência que atingem as mulheres

- Retomada da produção agrícola diversificada, que havia sido parada em função do trabalho explorado no monocultivo
- Percepção sobre os impactos da mudança climática na vida cotidiana
- Resgate das culturas alimentares como forma de resistência
- Ampliação dos canais de comercialização
- Incidência das mulheres na construção das políticas públicas por meio da participação em conselhos e outros espaços de diálogo com o governo



Conclusões e recomendações

O projeto com o GRET garantiu condições para que a SOF pudesse realizar as atividades do contrato de ATER Mulheres utilizando plenamente tanto a metodologia feminista e popular, baseada na auto-organização coletiva e no compartilhamento de conhecimentos, quanto as práticas agroecológicas. Esse método oferece caminhos mais efetivos e duradouros para a construção de autonomia das mulheres e superação da violência e das desigualdades de gênero.

A chamada pública de ATER Mulheres foi a primeira da atual gestão do governo federal (2023-2026) após um período de desmonte desse tipo de política pública. Nesse contexto, este documento pretende contribuir para o aperfeiçoamento de novas chamadas dirigidas às mulheres. A SOF afirma a importância de dar continuidade ao programa ATER Mulheres, incorporando melhorias relacionadas à metodologia das atividades práticas, aos instrumentos de planejamento, ao monitoramento e avaliação dos resultados e aos recursos investidos nas atividades coletivas. É fundamental também incorporar o combate à violência contra a mulher como pauta central das ações.

A seguir, agrupamos algumas recomendações para essa política pública de ATER, identificadas a partir do seminário realizado em Registro e de reunião da coordenação do Grupo de Trabalho de Mulheres da Articulação Nacional de Agroecologia (ANA), realizadas, respectivamente, em junho e agosto de 2025.

- Aumento dos recursos financeiros destinados às atividades de ATER, sobretudo as coletivas
- Inclusão dos mutirões para emissão de documentos (Cadastro Nacional da Agricultura Familiar – CAF, entre outros) como atividade remunerada de ATER.
- Ampliação dos prazos dos contratos de ATER de 18 meses para o mínimo de três (03 anos)
- Ajustes nos formulários de cadastro e monitoramento para que possam expressar a integração entre as esferas de produção e de reprodução social, que envolve tanto o cuidado com seres humanos (interdependência) quanto com o ambiente (ecodependência). Dessa forma, tornar visível a produção diversa das mulheres para o autoconsumo, doação e troca, que contribui para a segurança alimentar das famílias e das comunidades e para a sustentabilidade ambiental.
- Apoio na organização de associações ou no trabalho cooperativado, que inclui aspectos administrativos, financeiros e jurídicos, fundamentais para a continuação das ações em coletivos.
- Estabelecer mecanismos formais de articulação entre os diferentes entes federativos (União, município e estados), bem como articulação interministerial e com o Ministério Público, para a execução de diferentes políticas federais, como as relacionadas ao acesso à água (cisternas, saneamento), ao Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), ao Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e ao Programa Fomento Rural.
- Trabalho conjunto entre o MDA e o Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome (MDS) e suas estruturas locais, como os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS), para que informem corretamente as mulheres agricultoras que, ainda que recebam o Bolsa Família, é possível ter o CAF e participar de projetos de ATER.
- Ter processos de supervisão interdisciplinar (psicológica, jurídica) para as técnicas de ATER que atuam com pessoas em situação de violência e vulnerabilidade, já que esse trabalho pode resultar em angústias e outras questões emocionais, além de sensação de impotência.
- Alterações relacionadas ao sistema de gestão da ATER para que possibilite o cruzamento de diversas informações fornecidas pelo público atendido pelos programas da Anater.
- Realizar um processo amplo de avaliação da chamada de ATER Mulheres que resgate orientações e aprendizados da ATER Agroecologia e ATER Mulheres realizadas entre 2013 e 2016.

Referências

BLAZOTI, André; ALMEIDA, Natália; TAVARES, Patrícia (Org.). *Caderno de metodologias: inspirações e experimentações na construção do conhecimento agroecológico*. 1. ed. Viçosa: Universidade Federal de Viçosa, 2017.

BRASIL. Lei 11.340, de 7 de agosto de 2006. *Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 8 ago. 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm Acesso em 10 out. 2025

BRASIL. Ministério das Mulheres. *Ministério das Mulheres lança painel de dados do Ligue 180 e reforça transparência no enfrentamento à violência contra mulheres*. Brasília, 6 ago. 2025. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/central-de-conteudos/noticias/2025/agosto/ministerio-das-mulheres-lanca-painel-de-dados-do-ligue-180-e-reforca-transparencia-no-enfrentamento-a-violencia-contra-mulheres>. Acesso em: 13 out. 2025.

FARIA, Nalu. *Formação para a transformação: metodologias feministas*. Capire Movimento, 13 out. 2022. Disponível em: <https://capiremov.org/analises/formacao-para-a-transformacao-metodologias-feministas/> Acesso em 01 out. 2025

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. *Mulheres brasileiras e gênero nos espaços público e privado: 3ª edição*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2023. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/pesquisas/pesquisa-noppe/mulheres-brasileiras-e-genero-nos-espacos-publico-e-privado-3a-edicao/>. Acesso em: 13 out. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Cidades@*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 out. 2025.

INSTITUTO MARIA DA PENHA. *Tipos de violência*. Disponível em: <https://www.institutomariadapenha.org.br/lei-11340/tipos-de-violencia.html>. Acesso em: 13 out. 2025.

MARCHA DAS MARGARIDAS. *Caderno 4 – Vida livre de todas as formas de violência, sem racismo e sem sexismo*. Brasília, 29 jun. 2023. Disponível em: <https://www.marchadasmargaridas.org.br/?pagina=materias&idartigo=NzY=>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. *Mulheres em luta por uma vida sem violência*. São Paulo: SOF, 2015. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2015/12/Cartilha-Viol%C3%Aancia-web.pdf> Acesso em 10 out. 2025

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. *Práticas feministas de transformação da economia: autonomia das mulheres e agroecologia no Vale do Ribeira*. São Paulo: SOF, 2018. 84 p. Disponível em: <https://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2018/03/Praticas-feministas-portugu%C3%AAs-web1.pdf> Acesso em 10 out. 2025

SOF – Sempre Viva Organização Feminista. *Vida em mutirão*. YouTube, 27 jul. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=yDOH0Ni4Mrk>. Acesso em: 10 out. 2025.

SOF – Sempre Viva Organização Feminista; RAMA – Rede Agroecológica de Mulheres Agricultoras da Barra do Turvo. *Sementeira Feminista: nossos corpos e territórios*. São Paulo: SOF, 2023. Disponível em: <https://www.sof.org.br/cartilha-sementeira-feminista-nossos-corpos-e-territorios/> Acesso em 13 out. 2025



